



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

**EDITAL DO PROAD Nº 1006/2022-1
PREGÃO ELETRÔNICO**

Objeto: Contratação de fornecimento eventual de materiais de consumo para o TRT da 15ª Região, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

NOTA 1: As especificações consignadas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> são apenas referenciais. Devem ser consideradas única e exclusivamente as descrições e as especificações técnicas constantes do edital.

NOTA 2: A presente licitação é regida pela Lei n.º 8.666/93 e demais normativos consignados no preâmbulo deste edital, nos termos do artigo 191, da Lei 14.133/2021.

Registro de Preços: Sim	Possibilidade de Adesão: Não
--------------------------------	-------------------------------------

Exclusiva ME/EPP: Sim

Margem de Preferência: Não

Valor Total Estimado: R\$ 131.526,86

Data e local da disputa: 20/7/2022, às 14 horas, no Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br

Licitação nº: 38/2022	UASG do TRT15: 080011
------------------------------	------------------------------

Vistoria Prévia: Não se aplica

Amostra/Material Técnico ilustrativo: Ver Item 8 do Edital

Lauda/Certificado: Não se aplica

Documentos de Habilitação

Vide Item 9 do Edital

Prazos

Envio de proposta e documentação por meio eletrônico

2 horas após solicitação do pregoeiro pelo sistema
--

Pedido de esclarecimentos

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Impugnação

Até 3 dias úteis anteriores ao pregão

Endereço eletrônico para todas as tratativas referentes ao presente certame

licita@trt15.jus.br

Telefones: (19) 3231-9500 ramais 2580/2523 *

* Em virtude da Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR Nº 003/2020, atendimentos por telefone foram suspensos. Somente via e-mail.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

EDITAL DO PROAD Nº 1006/2022-1

PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Torna-se público que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Dr. Quirino, 1080, Centro de Campinas/SP, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

DAS DATAS E DO ENDEREÇO ELETRÔNICO

a. Início da disputa de preços:	20/7/2022, às 14 horas
b. Local da Disputa:	Portal de Compras do Governo Federal - https://www.gov.br/compras/pt-br
c.: Critério de Julgamento:	Menor preço por item

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de fornecimento eventual de materiais de consumo para o TRT da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal - <https://www.gov.br/compras/pt-br>. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador e participante, bem como a eventuais adesões, são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema

4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.1.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão do objeto contratual, e desde que a execução ocorra obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total de cada item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de Real).

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto produzido:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br, pelo licitante, antes de findo o prazo.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita por meio do e-mail licita@trt15.jus.br , pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis, após a solicitação.

8.5.3.1. Quando houver a convocação pelo pregoeiro, no chat do Comprasnet, para o envio de amostra, as empresas interessadas no acompanhamento da respectiva análise deverão mandar mensagem via e-mail para o licita@trt15.jus.br no prazo de 24 horas.

8.5.3.1.1. O endereço para entrega das amostras é:
Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Coordenadoria de Licitações.
Rua Dr. Quirino, 1.080, 2º andar. Centro de Campinas/SP.
CEP: 13015-081

8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.2.1. Para os itens 1, 2, 6 a 20:

1. A CONTRATANTE deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, catálogos ou folders ou prospectos e/ou folhetos em português, relativos aos itens ofertados com descrição detalhada do modelo, marca, características, especificações técnicas e outras informações que possibilitem a avaliação ou ficha técnica do produto, contendo no mínimo as especificações constantes no termo de referência; caso contrário, haverá obrigatoriedade de apresentação de amostra.

2. A CONTRATANTE deverá apresentar ficha técnica, descritiva dos itens, deverá conter, inclusive, a afirmação do compromisso de entrega dos produtos nas características e especificações descritas. Ficando ressalvado que a descrição a ser ofertada deverá ser o da realidade do objeto, não podendo ser cópia fiel do contido no presente Aviso Específico, salvo se este corresponder em sua integralidade às especificações requisitadas.

3. Os catálogos deverão fazer referência a cada item ofertado, de maneira clara e precisa, devendo conter a marca, o fabricante, modelo e as especificações técnicas, os produtos devem estar com as especificações em conformidade com o solicitado e deverão ser identificados com o nome da empresa.

4. Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela Internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a “FONTE” (endereço completo, por exemplo: <http://www.fabricantex.com/produtox>.) do respectivo documento, possibilitando a comprovação da autenticidade do documento proposto;

5. A análise dos catálogos será feita em até 5 (cinco) dias úteis, verificando-se o atendimento às especificações técnicas do descritivo, por colaborador especialmente designado para tal finalidade.

5.1. Caso entenda conveniente, o responsável técnico poderá analisar os catálogos no momento da sessão de abertura.

5.2. Considerar-se-á DESCLASSIFICADA a empresa que tiver os produtos do catálogo reprovados ou que não apresentá-lo, bem como se cotar produto diverso daquele



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

que apresentou no catálogo, devendo ser chamados as demais empresas na ordem de classificação.

5.3. Os catálogos dos produtos aprovados ficarão retidos, para fins de comparação no ato do recebimento dos produtos.

8.5.3.2.2. Para os itens 3 a 5 (Bandeiras), serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

1. Item 3: As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei 5700/71, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira Nacional;
- que apresentem as estrelas em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas, conforme determinado Lei;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (suja, rasgada, desbotada, etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

2. Item 4: As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei 2523/61, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Município de Campinas;
- que apresentem as figuras em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (suja, rasgada, desbotada etc.);
- que forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

3. Item 5: As amostras serão analisadas considerando as características estabelecidas na Lei Estadual nº 145/48, sendo reprovadas aquelas:

- que apresentem cores divergentes das estabelecidas na Lei e/ou tonalidade que destoe das cores da Bandeira do Estado de São Paulo;
- que apresentem as figuras em disposição divergente da estabelecida na Lei;
- cujas faces não estiverem idênticas;
- cujos requisitos dimensionais estiverem diferentes daqueles determinados;
- que estiverem em mau estado de conservação (suja, rasgada, desbotada etc.);
- forem confeccionadas em tecido diferente do estabelecido.

8.5.3.2.3. Para os itens 3, 4 e 5 (bandeiras), fornecer 1 (uma) unidade de cada que será submetida à verificação pelo setor competente deste Regional, para análise e respectivo parecer técnico. Em sendo aprovada, as mesmas ficarão retidas para fins de comparação no ato do recebimento dos produtos.

8.5.3.3. Caso a licitante apresente proposta da marca de referência, a amostra será dispensada.

8.5.3.4. Caso o objeto tenha grandes proporções, NÃO poderá ser encaminhada um exemplar menor do objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

8.5.3.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.7. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.8. Após a divulgação do resultado final da licitação (homologação e decurso de todos os prazos recursais), as amostras reprovadas entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.9. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5.3.10. Caso a amostra seja aprovada, a unidade não poderá ser descontada do quantitativo a ser adquirido.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (CNEP) (www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>);

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" e "e" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

9.8.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal/estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, a empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Quanto à Capacitação Operacional: Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, com a discriminação dos produtos e as respectivas quantidades, que comprove(m) ter fornecido, satisfatoriamente, produtos com características semelhantes ao objeto deste Edital, em quantidades de, pelo menos, 30% dos quantitativos a serem registrados neste processo de contratação.

9.11.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.3. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.11.3.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.11.3.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.11.3.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.11.3.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.11.3.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.11.3.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

9.11.3.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.12. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.13. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.19. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

9.19.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) primeiro(s) item(ns) arrematado(s) pela licitante, verificada



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

a ordem cronológica de encerramento do item, conforme mensagem emitida no chat pelo sistema.

9.19.1.1. Caso haja item(ns) arrematado(s) concomitantemente (na mesma hora, minuto e segundo, a ser verificado no sistema), a habilitação recairá sobre o item de maior valor.

9.19.1.2. Não se aplica o presente subitem para o arremate que se deu por inabilitação / desclassificação de licitante anterior.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, conforme modelo do Anexo II.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento (ver Anexo II).

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

10.7. Considera-se, para efeito de **hora / dia útil**, o horário / período compreendido entre **08 e 18 horas, de segunda a sexta-feira, com exceção de feriados e recessos forenses**.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de até 60 (sessenta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.1.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

16.1.2. A assinatura de documentos pelo ADJUCATÁRIO será admitida nas seguintes modalidades:

- a) assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil; e
- b) assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo ADJUCATÁRIO e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

16.1.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

16.2. O prazo estabelecido no subitem 16.1 para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.2.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

16.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 01 (um) dia, contado a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. A assinatura do contrato ou instrumento equivalente, da Ata de Registro de Preços, bem como de quaisquer outros termos e documentos no âmbito da contratação, dar-se-á, a critério deste TRT, por meio do Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD), acessível por meio do Portal PROAD.

17.2.1.1. O Adjudicatário deverá fornecer a documentação solicitada pelo TRT para a realização do cadastro prévio necessário ao seu acesso e de seu representante legal, como usuários externos, ao Sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PROAD).

17.2.2. A assinatura de documentos pelo adjudicatário será admitida nas modalidades de assinatura digital, baseada em certificado digital, emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil e assinatura eletrônica, baseada em senha fornecida pelo adjudicado e vinculada a certificado digital gerado pelo PROAD.

17.2.3. A assinatura realizada na forma dos subitens acima será considerada válida para todos os efeitos legais.

17.2.4. O prazo previsto no subitem 17.2 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

17.2.5. O e-mail de envio do termo de contrato será considerado, para todos os efeitos legais, como a notificação para assinatura do contrato.

17.2.6. Na ausência de imediata confirmação de recebimento pela empresa, a referida mensagem eletrônica de encaminhamento do contrato, desde que corretamente encaminhada para o endereço indicado pela empresa em sua proposta, será considerada recebida para todos os efeitos, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar de sua emissão.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência – Anexo I.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Edital.

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência – Anexo I.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. A impugnação deverá ser realizada mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: licita@trt15.jus.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, pelo e-mail licita@trt15.jus.br.

24.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O(s) Edital(is) está(ão) disponibilizado(s), na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://portal.trt15.jus.br/pregoes-eletronicos> e também poderá(ão) ser lido(s) e/ou obtido(s) no e-mail licita@trt15.jus.br.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

25.12.2. ANEXO II – Proposta Atualizada;

25.12.3. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

26. DO FORO

Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Campinas - Justiça Federal do Estado de São Paulo - para dirimir toda e qualquer questão que derivar da presente contratação.

Campinas, 7 de julho de 2022.

Vera Lúcia de Oliveira Ramires
Secretária da Administração Substituta



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ANEXO I AO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

IMPORTANTE. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2021, motivadas pela pandemia ocasionada pela COVID-19, informamos que o acesso a todas as dependências deste E. TRT deve, obrigatoriamente, ser efetuado com o uso de máscaras de proteção facial. Essa obrigatoriedade deve ser observada, inclusive, pelos funcionários das empresas contratadas por este E. TRT, as quais deverão levar em consideração, nos valores a serem ofertados em suas propostas de preços, os custos com o citado EPI. O acesso a todas as dependências deste Tribunal deve, obrigatoriamente, ser efetuado também mediante apresentação do certificado de vacinação, tendo em vista o determinado pelo artigo 2º, inciso I, da Portaria GP-CR nº 002/2022 deste Tribunal.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Descrição resumida do objeto:

Registro de preços para contratação de fornecimento eventual de materiais de consumo para o TRT da 15ª Região, conforme as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

NOTA: Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> e as especificações técnicas constantes do edital, prevalecerão estas últimas.

1.2. Descrição detalhada do objeto

ITEM 1		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, cor azul, com base de feltro medindo 150 mm de comprimento, 60 mm de largura. (variação aceitável nas medidas de até 10%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	20 unid.	Pilot Flip Top, Radex Top Board, Faber Castell ou similar

ITEM 2		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Apoio para pés, em chapa de aço, para o trabalho na posição sentada, que mantenha os quadris e os joelhos do usuário em posição confortável (aproximadamente 90º), de forma a facilitar a circulação de membros inferiores, com largura (comprimento) entre 40 cm e 50 cm e profundidade entre 30 cm e 40 cm, com regulagem de altura (ajustável pelo próprio usuário) que permita o ajuste em, no mínimo, 3 posições diferentes. O ponto inferior de encaixe deve ter altura máxima de 6 cm e o ponto superior de encaixe deve ter altura mínima de 15 cm. Ou seja, a extensão de ajuste de posições deverá abranger as alturas de 6 cm a 15 cm. A superfície de contato com os pés do usuário deverá possuir inclinação entre 10º e 15º, com possibilidade de fixação da inclinação se esta for variável, superfície antiderrapante de contato com o chão e com os pés do usuário. (variação aceitável nas medidas de até 10%). Deverá estar embalado individualmente em caixa de papelão, que deverá ser reciclada ou reciclável.	150 unid.	Ladder, Air micro ou Similar
--	-----------	------------------------------

ITEM 3		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Bandeira Brasileira com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93 m e confeccionada de acordo com a Lei nº 5.700/71.	15 unid.	-

ITEM 4		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Bandeira do Município de Campinas com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 2.523/61.	10 unid.	-
--	----------	---

ITEM 5		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Bandeira Paulista Externa com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 145/48.	15 unid.	-

ITEM 6		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Borracha vinil p/ lápis grafite, com cinta plástica, para lápis grafite, medindo 42 x 21 x 11mm (variação aceitável das medidas de até 5%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 unid.	Faber Castell ou similar

ITEM 7		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Caneta esferográfica cor azul, corpo único em plástico transparente, não cilíndrico, ponta com esfera de tungstênio escrita média de 1mm, carga e tampa conectadas ao corpo por encaixe, acondicionadas em caixas com 50 unidades. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	500 caixas	Bic, Compactor Economic ou similar



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 8		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Cola branca, líquida, lavável, secagem rápida, não tóxica, com CRQ do químico responsável, em frasco de 35g a 40g. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar	200 unid	Tenaz, Radex, Bic, ou similar

ITEM 9		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Coletor de Copo Descartável pvc para Água 200ml - Tubo em pvc, 66. a 80 cm de altura, tubo de água 8,5 a 9,00 cm, capacidade de 140 a 180 copos de 200ml. Cor: branca. Base plástica resistente.	20 unid.	TNG Ambiental, Papacopo Nobre, JSN ou similar

ITEM 10		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Escada, em alumínio, com as seguintes características: -abertura em "A";-com 05 degraus apenas de um lado; -dotada de braço articulado para limitação de abertura e fechamento; -proteção emborrachada antiderrapante nos pés; -altura aproximada na posição fechada: 1,55 m (da alça superior de apoio até o chão) com tolerância para + ou - 10 cm; -dimensões mínimas admissíveis dos quatro degraus inferiores: 8 cm X 29 cm; -dimensões mínimas do degrau superior: 18,5 cm X 29,5 cm;- deverá possuir sapatas de borracha; -existência de dispositivo de segurança tipo trava para posição do braço articulado quando aberto para evitar	15 unid.	Mor-005103, Rotterman-er-05, Reisam ou similar



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

fechamento; -capacidade para, no mínimo, 120 Kg; -o produto deverá possuir certificação compulsória de segurança do INMETRO: Portaria nº 219/2021		
---	--	--

ITEM 11		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Etiqueta branca, opaca, autoadesiva, adesivo acrílico, própria para impressão a laser, de medida 50,80 mm de largura x 101,60 mm de comprimento, dispostas em folhas soltas, formato Carta, de 2 (duas) colunas com 05 (cinco) etiquetas cada, perfazendo um total de 10 (dez) etiquetas por folha. Margens superior e inferior da folha de 12,50 mm cada, margens laterais de 4 mm e distância entre as colunas de 4 mm. Acondicionada em caixas com 100 folhas. As etiquetas deverão ser fabricadas, preferencialmente, papel reciclado ou branco, livres de cloro (PCF, TCF ou ECF). Os produtos oriundos da madeira, como papel e lápis, devem ser fabricados com matéria-prima oriunda de fontes de manejo sustentável. A comprovação da conformidade deverá ser feita por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. As certificações têm como objetivo garantir que o produto seja originado de florestas onde se pratica o manejo florestal sustentável, em que os recursos são explorados de forma ambientalmente correta, socialmente justa, economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. Segundo o Acórdão TCU nº 1.375/2015 – Plenário, os critérios e práticas de sustentabilidade deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, de modo a preservar o caráter competitivo do certame.	15 caixas com 100 folhas.	Pimaco, Tilibra, Maxprint ou similar



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 12		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Filtro para Purificador de Água da Marca Soft Everest – Elemento filtrante 2 em 1 para purificador de água compatível com equipamento Soft Everest, com as seguintes características:- Composição interna de carvão ativado impregnado com prata coloidal;-Cartucho produzido em polipropileno atóxico pelo sistema "Melt Blown";-Redução de cloro livre, Classe C-I, 75%;-Capacidade de retenção de partículas: Classe P-III, 5 a <15 ou de classe inferior;- Possuir Certificado de Aprovação válido emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados - Selo de Qualidade Abrafipa.	300 unid.	Soft Everest sou similar

ITEM 13		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Fita adesiva transparente, medindo 12 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021. Pacotes com 6 rolos cada um, perfazendo rolos.	200 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 1.200 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar

ITEM 14		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Fita adesiva transparente, medindo 19 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar
---	---	---------------------------------

ITEM 15		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Fita adesiva transparente, medindo 50 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar

ITEM 16		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Fita crepe, adesiva tamanho mínimo de 19 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de	50 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 300 rolos	3M, Scotch, Adelbras, Tigre ou similar



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.		
--	--	--

ITEM 17		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Fita Crepe, medindo 50 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar

ITEM 18		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Kit de 2 filtros (refil), compatível para Bebedouro de Pressão IBBL PDF3002T: Refil IBBL Pré C+3 e Refil IBBL C+5 Eficiência na retenção de partículas Classe (P) III: ≥ 5 a < 15 (Tam. partícula (μm); Eficiência na retenção de cloro livre Classe (C) I: $\geq 75\%$; Vida útil do filtro = 6.000 litros (6 meses).	26 kits	IBBL ou similar

ITEM 19		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 50 a 60 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel – Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro – Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela – Destinado à Coleta de Metal.	10 conjuntos com 5 lixeiras	Reis Lixeiras, WebPlástico, JSN, Só Lixeiras, Santana ou similar
---	-----------------------------	--

ITEM 20		
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 100 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel – Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro – Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela – Destinado à Coleta de Metal.	10 conjuntos com 5 lixeiras	WebPlástico, CSC, JSN, Só Lixeiras, Santana ou similar

1.3. Vigência da Contratação

O prazo de vigência da contratação será igual ao prazo máximo da ata de registro de preços, ou seja, de 12 (doze) meses (artigo 15, § 3º, III, da Lei 8.666/1993).

2. HISTÓRICO DE CONSUMO

2.1. Histórico de Consumo:

Material	2018	2019	2020	2021
Apagador para quadro branco	-	-	-	-
Apoio para pés para utilização na posição sentada	37	152	11	-
Bandeira Brasileira externa	48	11	31	7
Bandeira Campinas externa	1	5	-	-



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Bandeira Paulista externa	48	20	28	10
Borracha vinil p/ lápis grafite	736	290	174	80
Caneta esferográfica azul	12.246	7.996	4.190	606
Cola branca líquida - 35 g	1.027	835	426	117
Coletor de copo descartável				
Escada em alumínio 5 degraus	12	82	-	-
Etiqueta laser - Medidas: 50,80mm x 101,60 mm	11	30	49	-
Filtro Soft Everest 2 em 1	241	300	37	196
Fita adesiva transparente 12mm x 50m	-	19	1.509	558
Fita adesiva transparente 19 mm x 50 m	1.384	80	-	-
Fita adesiva transparente 50mm x 50m	2.424	156	567	-
Fita crepe 19mm x 50m	155	12	57	10
Fita crepe 50mm x 50m	253	1.051	55	40
Kit 2 filtros IBBL	3	36	12	-
Lixeira seletiva 50 litros	7	10	-	-
Lixeira seletiva 100 litros	9	24	-	-

2.2. Estimativa de consumo:

Estimamos, ao longo da vigência da ata de registro de preços, adquirir todos os materiais, desde que haja previsão orçamentária.

2.3. Quantidade para Consumo Imediato:

1- 10 * 2- 150 * 3- 10 * 4- 05 * 5- 10 * 8- 50 * 9- 10 * 10- 08 * 11- 10 * 12- 100 * 13- 100 * 14- 100 * 15- 100 * 16- 50 * 17- 50 * 18- 12 * 19- 10 * 20- 10 ***

Restantes dos itens e quantitativos previsão de consumo de acordo com futuras necessidades.

2.4. Estimativa de periodicidade de aquisição:

Conforme item 2.3, quantidade para Consumo Imediato.

2.5. Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:

Conforme item "quantidade para Consumo Imediato".

3. SUSTENTABILIDADE

Devem ser observados os seguintes critérios do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:

Objeto / Item	Descrição
Itens 1, 7, 13, 14 e 15	Resolução 310/2021 - 1.1. Bens de Consumo - 1.1.1. Material de expediente e de gráfica - No caso de produtos que possuam plástico em sua composição, como canetas e outros, recomenda-se que seja dada preferência àqueles confeccionados em plástico biodegradável, reciclado e/ou



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

	reciclável, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e com as normas ABNT NBR nº 15.448-1 e 15.448-2, de 2008, levando-se em consideração a política de gestão de resíduos implementada no órgão. Para todos os materiais de expediente, recomenda-se exigir que os produtos sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, preferencialmente de papelão ou plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.
--	--

4. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Item 3: Lei 5700/71; Item 4: Lei 2523/61; Item 5: Lei 145/48; Item 11 - ABNT NBR 14790:2014 - Manejo Florestal Sustentável - Cadeia de Custódia sobre OGM.

5. VISTORIA

Não se aplica.

6. PRAZOS

6.1. **Prazo de entrega:** Até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

6.2. **Garantia:**

1) Para os itens 03, 04, 05, 10 e 20 - 1 (um) ano de garantia contra defeito de fabricação.
2) Para os demais itens, 90 dias contra defeito de fabricação. Havendo necessidade de reparo ou substituição daqueles que apresentem defeitos durante o prazo de garantia, os mesmos deverão ser atendidos no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da solicitação de reparo ou substituição.

7. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS BENS

7.1. **Endereço:** Almoxarifado do TRT, localizado na Rua Ângela Signori Grigol, 5, Jardim América, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, mediante agendamento prévio pelo telefone (19) 3289-2778.

7.2. **Horário:** De 2ª a 6ª feiras, das 11 às 17 horas.

7.3. **Agendamento Prévio Obrigatório:** Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. contatar os Srs.Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br.

8. ORÇAMENTO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 1			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, cor azul, com base de feltro medindo 150 mm de comprimento, 60 mm de largura. (variação aceitável nas medidas de até 10%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	20 unid.	Pilot Flip Top, Radex Top Board, Faber Castell ou similar	16,64
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 1 (R\$)			332,80

ITEM 2			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Apoio para pés, em chapa de aço, para o trabalho na posição sentada, que mantenha os quadris e os joelhos do usuário em posição confortável (aproximadamente 90º), de forma a facilitar a circulação de membros inferiores, com largura (comprimento) entre 40 cm e 50 cm e profundidade entre 30 cm e 40 cm, com regulagem de altura (ajustável pelo próprio usuário) que permita o ajuste em, no mínimo, 3 posições diferentes. O ponto inferior de encaixe deve ter altura máxima de 6 cm e o ponto superior de encaixe deve ter altura mínima de 15 cm. Ou seja, a extensão de ajuste de posições deverá abranger as alturas de 6 cm a 15 cm. A superfície de contato com os pés do usuário deverá possuir inclinação entre 10º e 15º, com possibilidade de fixação da inclinação se esta for variável, superfície antiderrapante de contato com o chão e com os pés do usuário. (variação aceitável nas medidas de até 10%). Deverá estar embalado individualmente em caixa de papelão, que deverá ser reciclada ou reciclável.	150 unid.	Ladder, micro Similar Air ou	130,01
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 2 (R\$)			19.501,50



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 3			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Bandeira Brasileira com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93 m e confeccionada de acordo com a Lei nº 5.700/71.	15 unid.	-	370,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 3 (R\$)			5.550,00

ITEM 4			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Bandeira do Município de Campinas com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 2.523/61.	10 unid.	-	234,21
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 4 (R\$)			2.342,10

ITEM 5			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Bandeira Paulista Externa com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 145/48.	15 unid.	-	400,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 5 (R\$)			6.000,00

ITEM 6			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Borracha vinil p/ lápis grafite, com cinta plástica, para lápis grafite, medindo 42 x 21 x 11mm (variação aceitável das medidas de até 5%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 unid.	Faber Castell ou similar	4,29
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 6 (R\$)			429,00

ITEM 7			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Caneta esferográfica cor azul, corpo único em plástico transparente, não cilíndrico, ponta com esfera de tungstênio escrita média de 1mm, carga e tampa conectadas ao corpo por encaixe, acondicionadas em caixas com 50 unidades. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	500 caixas	Bic, Compactor Economic ou similar	45,88
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 7 (R\$)			22.940,00



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 8			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Cola branca, líquida, lavável, secagem rápida, não tóxica, com CRQ do químico responsável, em frasco de 35g a 40g. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar	200 unid	Tenaz, Radex, Bic, ou similar	3,78
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 8 (R\$)			756,00

ITEM 9			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Coletor de Copo Descartável pvc para Água 200ml - Tubo em pvc, 66. a 80 cm de altura, tubo de água 8,5 a 9,00 cm, capacidade de 140 a 180 copos de 200ml. Cor: branca. Base plástica resistente.	20 unid.	TNG Ambiental, Papacopo Nobre, JSN ou similar	35,55
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 9 (R\$)			711,00

ITEM 10			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Escada, em alumínio, com as seguintes características: -abertura em "A";-com 05 degraus apenas de um lado; -dotada de braço articulado para limitação de abertura e fechamento; -proteção emborrachada antiderrapante nos pés; -altura aproximada na posição fechada: 1,55 m (da alça superior de apoio até o chão) com tolerância para + ou - 10 cm; -dimensões mínimas admissíveis dos quatro degraus inferiores: 8 cm X 29 cm; -dimensões mínimas do degrau superior: 18,5 cm X 29,5 cm;- deverá possuir sapatas de borracha; -existência de dispositivo de segurança tipo trava para posição do braço articulado quando aberto para evitar fechamento; -capacidade para, no mínimo, 120 Kg; -o produto deverá possuir certificação compulsória de segurança do INMETRO: Portaria nº 219/2021	15 unid.	Mor-005103, Rotterman-er-05, Reisam ou similar	182,00
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 10 (R\$)			2.730,00

ITEM 11			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Etiqueta branca, opaca, autoadesiva, adesivo acrílico, própria para impressão a laser, de medida 50,80 mm de largura x 101,60 mm de comprimento, dispostas em folhas soltas, formato Carta, de 2 (duas) colunas com 05 (cinco) etiquetas cada, perfazendo um total de 10 (dez) etiquetas por folha. Margens superior e inferior da folha de 12,50 mm cada, margens laterais de 4 mm e distância entre as colunas de 4 mm. Acondicionada em caixas com 100 folhas. As etiquetas deverão ser fabricadas, preferencialmente, papel reciclado ou branco, livres de cloro (PCF, TCF ou ECF). Os produtos oriundos da madeira, como papel e lápis, devem ser fabricados com matéria-prima oriunda de fontes de manejo sustentável. A comprovação da conformidade deverá ser feita por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. As certificações têm como objetivo garantir que o produto seja originado de florestas onde se pratica o manejo florestal sustentável, em que os recursos são explorados de forma ambientalmente correta, socialmente justa, economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. Segundo o Acórdão TCU nº 1.375/2015 – Plenário, os critérios e práticas de sustentabilidade deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, de modo a preservar o caráter competitivo do certame.	15 caixas com 100 folhas.	Pimaco, Tilibra, Maxprint ou similar	56,64
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 11 (R\$)			849,60

ITEM 12			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Filtro para Purificador de Água da Marca Soft Everest – Elemento filtrante 2 em 1 para purificador de água compatível com equipamento Soft Everest, com as seguintes características:- Composição interna de carvão ativado impregnado com prata coloidal;-Cartucho produzido em polipropileno atóxico pelo sistema "Melt Blown";-Redução de cloro livre, Classe C-I, 75%;-Capacidade de retenção de partículas: Classe P-III, 5 a <15 ou de classe inferior;- Possuir Certificado de Aprovação válido emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados - Selo de Qualidade Abrafiça.	300 unid.	Soft Everest ou similar	85,09
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 12 (R\$)			25.527,00

ITEM 13			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	VI. Unit. (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 12 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021. Pacotes com 6 rolos cada um, perfazendo rolos.	200 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 1.200 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar	21,48
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 13 (R\$)			4.296,00

ITEM 14



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 19 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar	20,66
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 14 (R\$)			2.066,00

ITEM 15			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 50 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar	36,93
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 15 (R\$)			3.693,00

ITEM 16			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Fita crepe, adesiva tamanho mínimo de 19 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	50 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 300 rolos	3M, Scotch, Adelbras, Tigre ou similar	154,64
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 16 (R\$)			7.732,00

ITEM 17			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Fita Crepe, medindo 50 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos	3M, Scotch, Adelbras ou similar	13,90
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 17 (R\$)			1.390,00

ITEM 18			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Kit de 2 filtros (refil), compatível para Bebedouro de Pressão IBBL PDF3002T: Refil IBBL Pré C+3 e Refil IBBL C+5 Eficiência na retenção de partículas Classe (P) III: ≥ 5 a < 15 (Tam. partícula (μm); Eficiência na retenção de cloro livre Classe (C) I: $\geq 75\%$; Vida útil do filtro = 6.000 litros (6 meses).	26 kits	IBBL ou similar	162,86
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 18 (R\$)			4.234,36

ITEM 19			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 50 a 60 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel – Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro – Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela – Destinado à Coleta de Metal.	10 conjuntos com 5 lixeiras	Reis Lixeiras, WebPlástico, JSN, Só Lixeiras, Santana ou similar	827,68
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 19 (R\$)			8.276,80

ITEM 20			
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo de Referência	Vi. Unit. (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 100 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel – Cor Cinza - Destinado à Coleta de	10 conjuntos com 5 lixeiras	WebPlástico, CSC, JSN, Só Lixeiras, Santana ou similar	1.216,97



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro - Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela - Destinado à Coleta de Metal.			
VALOR TOTAL ESTIMADO – ITEM 20 (R\$)			12.169,70

VALOR TOTAL ESTIMADO – TODOS OS ITENS (R\$)	131.526,86
--	-------------------

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

A) OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. O FORNECEDOR se compromete a dar plena e fiel execução à ata de registro de preços e se obriga a:

1.1. Nomear um preposto, aceito pelo TRT, para representá-lo durante o período de vigência da Ata;

1.2. Comunicar, durante a vigência da ata de registro de preços, quaisquer alterações havidas em seu contrato social, bem como manter, devidamente válidas e atualizadas, as certidões de regularidade fiscal e trabalhista;

1.3. Arcar com todas as despesas para o fornecimento contratados;

1.4. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta licitação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, salvo se previamente autorizado por escrito pelo TRT e a seu exclusivo critério;

1.5. Observar as recomendações pertinentes, constantes do “Guia Prático para Inclusão de Critérios de Sustentabilidade nas Contratações da Justiça do Trabalho”, instituído pelo CSJT-Conselho Superior da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 310, de 24 de setembro de 2021), em especial as seguintes:

1) Comprovar, antes da efetivação desta contratação, e manter essas condições, que poderão ser verificadas constantemente durante toda a vigência da ata de registro de preços, sob pena de cancelamento do ajuste:

a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e

b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

- Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988;
- Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro;
- No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo);
- Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105;
- No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT);
- Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;
- No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

2. O FORNECEDOR também se compromete a:

2.1. Agendar, com mínimo de 48 horas, a data de entrega dos objetos. Obrigatório o agendamento prévio junto à Seção de Almoxarifado, de segunda a sexta-feira, das 11 às 17 horas. Contatar os Srs. Odair/Juarez/Gervásio, pelo telefone (19) 3289-2778, e-mails: almoxarifado.cml@trt15.jus.br e cml.secadm@trt15.jus.br.

3. PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO. O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 **deverão realizar o cadastro obrigatório** no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

3.1. ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada. O link do SIGEO é <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo/0>

B) RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

1. O FORNECEDOR será responsabilizado civilmente por quaisquer danos causados nas instalações, mobiliários, equipamentos e demais utensílios do TRT e pelo extravio de quaisquer documentos ou objetos, quando comprovados dolo ou culpa de seus empregados, devendo proceder imediatamente aos reparos necessários ou ao pagamento da indenização correspondente, sob pena de dedução do seu importe por ocasião do pagamento dos materiais adquiridos.

2. O FORNECEDOR responderá também, administrativamente, por qualquer descumprimento a obrigações de natureza trabalhista, tributária ou fiscal e ético-profissional impostas pelos órgãos públicos, decorrentes da execução da contratação.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

3. O FORNECEDOR responsabilizar-se-á pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

4. O FORNECEDOR deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas próprias expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contadas do recebimento da notificação emitida pelo TRT, que poderá ser feita por mensagem eletrônica.

5. Se não ocorrer a prestação da garantia, ou não for sanado o vício do material para o qual fora solicitado conserto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da notificação por e-mail ou "Aviso de Recebimento – AR", a contratada fica obrigada a substituí-lo por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a restituir o valor por ele pago, monetariamente atualizado.

6. Caso o FORNECEDOR deixe de prestar a assistência técnica ou substituição, ficará sujeito à penalidade de multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do respectivo bem, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do contrato, por sua culpa.

7. Considerando as recentes disposições editadas por este Tribunal, bem como pela Resolução CNJ nº 322/2021, que dispõem sobre o uso geral e obrigatório de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, o FORNECEDOR deverá se atentar ao atendimento de tais dispositivos, quando da prestação de serviços nas dependências do TRT, ou quando funcionários da contratada necessitarem adentrar no Tribunal, para efetuar eventuais entregas de bens.

C) OBRIGAÇÕES DO TRT

1. Para a perfeita execução da presente contratação, o TRT se compromete a dar plena e fiel execução à Ata, respeitando todas as condições estabelecidas, e se compromete a:

1. efetuar, no prazo estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento dos materiais efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos;
2. permitir o acesso dos empregados do FORNECEDOR, devidamente identificados, nas suas dependências, para entrega dos produtos, nos horários estabelecidos.

10. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Sempre que julgar necessário, o TRT solicitará, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecimento do material registrado, na quantidade que for preciso, mediante Nota de Empenho ou Autorização de Compra.

1.1. A Nota de Empenho ou Autorização de Compra será enviada via correspondência eletrônica ao FORNECEDOR, o qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso o FORNECEDOR não possua endereço eletrônico, a Nota de



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Empenho ou Autorização de Compra deverá ser retirada junto à Coordenadoria/Seção emitente, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

1.1.1. Caso o FORNECEDOR não confirme o recebimento da Nota de Empenho ou Autorização de Compra em 01 (um) dia, ou o faça após o prazo, será considerada a data de transmissão de um desses documentos para efeito de contagem de prazo de entrega do material.

1.2. O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado pelo FORNECEDOR durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo TRT.

1.3. A não confirmação do recebimento ou a não retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Compra no prazo previsto, bem como a constatação de irregularidade fiscal, trabalhista e/ou previdenciária do FORNECEDOR, por ocasião do empenho da despesa, implicará aplicação de multa de 1 % (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho ou Autorização de Compra ou ainda sobre o valor a ser empenhado, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

11. RECEBIMENTO E PAGAMENTO DO OBJETO

1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega dos produtos, atendidas as especificações constantes neste edital e apresentadas as respectivas notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, quando será emitido o termo de recebimento provisório, conforme dispõe o artigo 73, inciso II, alínea "a" da Lei n.º 8.666/93.

2. O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, quando será emitido o termo de recebimento definitivo, em consonância com o artigo 73, inciso II, alínea "b", da Lei n.º 8.666/93, apresentada a respectiva nota fiscal, ou nota fiscal/fatura, cuja conferência e atestação serão feitas pelo(a) Coordenador de Material e Logística do TRT.

2.1. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

2. No texto da nota fiscal ou nota fiscal/fatura deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, a quantidade, a marca/modelo, se houver, os valores unitário e total, bem como o número deste processo que deu origem à aquisição.

3. Na ocorrência de qualquer circunstância que desaprove o recebimento, os bens terão sua entrada no sistema pendente de realização e o pagamento suspenso até o saneamento das irregularidades. Sendo verificada a culpa do FORNECEDOR, não incidirá sobre o TRT qualquer ônus, inclusive financeiro.

4. O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira do TRT num prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei n.º 8.666/93, sendo o crédito providenciado por meio de ordem bancária, na conta corrente indicada pelo FORNECEDOR no processo licitatório.

4.1. Excepcionalmente, o pagamento poderá ser realizado por meio de fatura / boleto bancário que contenha código de barras. Neste caso, o referido documento deverá ser emitido pelo seu valor líquido, devendo constar em seu corpo o valor bruto da contratação, além dos valores dos tributos que serão retidos na operação (IR, CSLL, PIS / PASEP, COFINS, ISSQN, INSS).

4.2. No caso de divergência entre os valores lançados no documento pela empresa e aqueles que deverão ser retidos/recolhidos por este E. TRT, o pagamento se dará, obrigatoriamente, por depósito em conta corrente.

4.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que o FORNECEDOR efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

4.4. Na data de emissão da ordem bancária, o FORNECEDOR deverá possuir, devidamente válidos e atualizados, os documentos de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, ressalvadas as situações em que, comprovadamente, a indisponibilidade dos documentos seja decorrente de caso fortuito ou força maior.

4.4.1. Cessadas as situações de caso fortuito ou força maior, serão analisados os documentos da empresa vencedora e, caso seja verificada irregularidade, o ajuste poderá ser rescindido por culpa da empresa vencedora, a critério do TRT, nos termos do item "SANÇÕES", com a aplicação das penalidades cabíveis.

4.4.2. No dia útil posterior ao da sua emissão, a ordem bancária de pagamento será remetida ao Banco do Brasil S/A - Posto de Atendimento do TRT. O período seguinte, até o efetivo crédito do valor na conta corrente do FORNECEDOR, refere-se aos trâmites interbancários.

5. No caso de atraso de pagamento, desde que o FORNECEDOR não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos, pelo TRT, encargos moratórios à taxa nominal de 6% A.A. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$; onde:

EM = encargos moratórios devidos;

N = números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438; e

VP = valor da prestação em atraso.

6. As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, deverão ser emitidas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente ao do fornecimento dos materiais e transmitidas ao Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO) até o dia 15 (quinze) do mês da emissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

7. Se o último dia do prazo previsto no subitem anterior não for dia útil, a transmissão das notas fiscais, ou notas fiscais/faturas ao Sistema deverá ser antecipada para o dia útil imediatamente anterior.

8. As notas fiscais, ou notas fiscais/faturas, serão protocolizadas pelo gestor no ato do seu recebimento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO).

9. A realização do pagamento ao FORNECEDOR somente ocorrerá após seu devido cadastramento no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO), bem como a inserção dos documentos solicitados no Sistema.

12. SANÇÕES

1. Ficam estabelecidas a(s) seguinte(s) multa(s) sobre o valor dos materiais entregues em atraso, contadas a partir do primeiro dia útil posterior ao último dia do prazo definido neste Termo de Referência, as quais serão descontadas na fatura por ocasião do pagamento:

- do primeiro até o sétimo dia de atraso, multa única de 2% (dois por cento);
- a partir do oitavo dia de atraso, multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitado a 10% (dez por cento) do total do empenho ou do valor dos materiais entregues em atraso.

1.1. Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita.

1.2. Na reincidência, as multas serão cobradas em dobro.

1.3. Será considerada reincidente a inexecução ocorrida antes de completados 12 (doze) meses da mesma inexecução anterior, contados a partir da data de comunicação do fato ao TRT.

1.4. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT

1.5. Atraso no reparo ou substituição de bens que apresentem defeitos durante o prazo de garantia: multa moratória diária equivalente a 2% (dois por cento) do material em atraso, limitada a 5 (cinco) dias.

2. As multas eventualmente aplicadas, seja por inexecução, seja por cancelamento do ajuste por culpa do FORNECEDOR, serão pagas por meio de cheque nominal ao TRT.

2.1. Na ausência do pagamento das multas, o TRT poderá descontar o respectivo valor dos eventuais créditos do FORNECEDOR. Inexistindo crédito em favor do FORNECEDOR, os valores deverão ser por ele recolhidos no prazo de até 30 (trinta) dias



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

após o recebimento da notificação por “Aviso de Recebimento – AR”, sob pena de inscrição do débito na Dívida Ativa da União, observados os procedimentos legais.

3. A aplicação das multas estabelecidas neste item, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, não impede que o TRT cancele unilateralmente o ajuste e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, as sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.

4. Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos ao FORNECEDOR o contraditório e a prévia defesa.

5. Se o FORNECEDOR não efetuar o fornecimento dos materiais em até 08 (oito) dias corridos após o prazo previsto, poderá ensejar, por sua culpa, o cancelamento do ajustado.

6. As infrações administrativas praticadas pelos licitantes obedecerão o disposto no item – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - do Edital.

13. RESCISÃO

1. Constituem motivos para a rescisão da contratação as situações previstas nos artigos 77 e 78, nas formas contidas no artigo 79, com as consequências do artigo 80, e sem prejuízo das sanções administrativas dos artigos 86 a 88, todos da Lei nº 8.666/1993.

2. O atraso injustificado por período superior a 08 (oito) dias corridos caracterizará a inexecução total das respectivas obrigações, podendo ensejar, a critério do TRT, a rescisão unilateral da contratação, na forma do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, por culpa do FORNECEDOR.

3. A rescisão desta contratação por culpa do FORNECEDOR implicará multa de 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

4. Esta contratação poderá ser rescindida unilateralmente e a qualquer tempo pelo TRT, no interesse do serviço público, nos termos e com as consequências previstas na Lei nº 8.666/1993.

14. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

1. O fornecimento será acompanhado e fiscalizado pelo(a) Coordenador de Material e Logística deste TRT, designado(a) gestor(a) da ata de registro de preços.

2. A fiscalização de que trata este item:

a) será exercida no interesse da Administração;

b) não exclui nem reduz a responsabilidade do FORNECEDOR pelos danos causados ao TRT, ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão, culposa ou dolosa, de quaisquer de seus empregados ou prepostos.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

3. Quaisquer exigências de fiscalização, inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços, deverão ser prontamente atendidas pelo FORNECEDOR, sem qualquer ônus para este E. Tribunal.

15. TRANSFORMAÇÃO EMPRESARIAL, TRANSFERÊNCIA E CESSÃO DA ATA

1. Ocorrendo as hipóteses de transformação empresarial previstas no artigo 78, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993, a presente Ata poderá ser mantida com o FORNECEDOR, ou cedida ou transferida, mediante prévia autorização por escrito do TRT e a seu exclusivo critério, e desde que:

- a) O FORNECEDOR remanescente, ou o beneficiário da cessão ou da transferência, demonstre possuir as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- b) Não se verifique fraude à licitação.

16. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

1. Para os fins dispostos na LGPD - Lei nº 13.709/2018, a FORNECEDORA é considerada "Operadora" e DECLARA, no ato de início desta contratação, ter conhecimento e que adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, instituída pelo Ato Regulamentar GP nº006/2021, assumindo o compromisso de cumprir os deveres legais e contratuais respectivos, dentre os quais os seguintes:

- I- apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança para a proteção dos dados pessoais, nos termos definidos na legislação, em normas administrativas do TRT e nos instrumentos contratuais;
- II- manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, com condições de rastreabilidade e de fornecer prova eletrônica a qualquer tempo;
- III- seguir fielmente as diretrizes e as instruções transmitidas pelo TRT;
- IV - facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e a segurança de tais dados, devendo a prova do compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao TRT, mediante solicitação;
- V - permitir a realização de auditorias, incluindo inspeções pelo TRT por auditor autorizado, e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas;
- VI - auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo TRT, de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- VII - comunicar formalmente e de imediato ao "Encarregado" pelo tratamento de dados pessoais, indicado pelo TRT, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- VIII - descartar de forma irrecuperável, ou devolver para o TRT, todos os dados pessoais e as cópias existentes, após a satisfação da finalidade respectiva ou o encerramento do tratamento por decurso de prazo ou por extinção de vínculo legal ou contratual.

1.1. A proteção de dados pessoais dos colaboradores da FORNECEDORA observará as determinações fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Conselho Superior da



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Justiça do Trabalho e pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, na forma da LGPD e da legislação e regulamentação correlatas.

1.2. O TRT poderá requisitar, a qualquer tempo e desde que não seja objeto de sigilo ou proteção legal, informações a respeito do tratamento dos dados pessoais confiados à FORNECEDORA.

1.3. A FORNECEDORA fica ciente que, para a celebração desta contratação e a execução do seu objeto, o TRT tem acesso a dados pessoais dos representantes legais da FORNECEDORA e, assim, estes DECLARAM o seu consentimento com o tratamento desses dados pelo TRT, os quais são:

- a) protegidos por procedimentos internos, com trilhas de auditoria para registrar autorizações, utilização, impactos e violações;
- b) mantidos disponíveis, exatos, adequados, pertinentes e atualizados, sendo retificado ou eliminado o dado pessoal mediante informação ou constatação de impropriedade respectiva ou face a solicitação de remoção, devendo a neutralização ou descarte do dado observar as condições e os períodos da tabela de prazos de retenção de dados;
- c) compartilhados somente para o exercício das atividades voltadas ao estrito exercício de suas competências legais e constitucionais, ou para atendimento de políticas públicas aplicáveis; e
- d) revistos em periodicidade mínima anual, sendo de imediato eliminados aqueles que já não forem necessários, por terem cumprido sua finalidade ou por ter se encerrado o seu prazo de retenção.

1.4. A inobservância da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do TRT, referida no Caput, acarretará a apuração das responsabilidades penal, civil e administrativa, previstas nas normas internas do TRT e na legislação em vigor.

2. Haverá a descaracterização do número do CPF quando da divulgação de ajustes em instrumentos contratuais e congêneres firmados por este Tribunal, a fim de se observar as disposições referentes à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais desta Corte.

2.1. A descaracterização consistirá da ocultação dos três primeiros dígitos e dos dois dígitos verificadores, quer em relação aos CPF's dos representantes do TRT e das empresas e entidades com as quais este Regional celebra contrato ou instrumento congênere, quer dos empregados de empresas de serviços terceirizados, contratadas por este E. TRT.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ANEXO II AO EDITAL – PROPOSTA ATUALIZADA

Informamos, a seguir, o **Valor Total do Item** para a Contratação de fornecimento eventual de materiais de consumo para o TRT da 15ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência - Anexo I, parte integrante deste edital, bem como nos esclarecimentos eventualmente consignados no Portal de Compras do Governo Federal, site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

ITEM 1				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, cor azul, com base de feltro medindo 150 mm de comprimento, 60 mm de largura. (variação aceitável nas medidas de até 10%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	20 unid.			

ITEM 2				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Apoio para pés, em chapa de aço, para o trabalho na posição sentada, que mantenha os quadris e os joelhos do usuário em posição confortável (aproximadamente 90º), de forma a facilitar a circulação de membros inferiores, com largura (comprimento) entre 40 cm e 50 cm e profundidade entre 30 cm e 40 cm, com regulagem de altura (ajustável pelo próprio usuário) que permita o ajuste em, no mínimo, 3 posições diferentes. O ponto inferior de encaixe deve ter altura máxima de 6 cm e o ponto superior de encaixe deve ter altura mínima de 15 cm. Ou seja, a extensão de ajuste de	150 unid.			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

posições deverá abranger as alturas de 6 cm a 15 cm. A superfície de contato com os pés do usuário deverá possuir inclinação entre 10º e 15º, com possibilidade de fixação da inclinação se esta for variável, superfície antiderrapante de contato com o chão e com os pés do usuário. (variação aceitável nas medidas de até 10%). Deverá estar embalado individualmente em caixa de papelão, que deverá ser reciclada ou reciclável.				
---	--	--	--	--

ITEM 3				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira Brasileira com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93 m e confeccionada de acordo com a Lei nº 5.700/71.	15 unid.			

ITEM 4				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira do Município de Campinas com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 2.523/61.	10 unid.			

ITEM 5				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira Paulista Externa com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 145/48.	15 unid.			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 6				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Borracha vinil p/ lápis grafite, com cinta plástica, para lápis grafite, medindo 42 x 21 x 11mm (variação aceitável das medidas de até 5%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 unid.			

ITEM 7				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Caneta esferográfica cor azul, corpo único em plástico transparente, não cilíndrico, ponta com esfera de tungstênio escrita média de 1mm, carga e tampa conectadas ao corpo por encaixe, acondicionadas em caixas com 50 unidades. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	500 caixas			

ITEM 8				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Cola branca, líquida, lavável, secagem rápida, não tóxica, com CRQ do químico responsável, em frasco de 35g a 40g. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar	200 unid			

ITEM 9				
--------	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Coletor de Copo Descartável pvc para Água 200ml - Tubo em pvc, 66. a 80 cm de altura, tubo de água 8,5 a 9,00 cm, capacidade de 140 a 180 copos de 200ml. Cor: branca. Base plástica resistente.	20 unid.			

ITEM 10

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Escada, em alumínio, com as seguintes características: -abertura em "A";-com 05 degraus apenas de um lado; -dotada de braço articulado para limitação de abertura e fechamento; -proteção emborrachada antiderrapante nos pés; -altura aproximada na posição fechada: 1,55 m (da alça superior de apoio até o chão) com tolerância para + ou - 10 cm; -dimensões mínimas admissíveis dos quatro degraus inferiores: 8 cm X 29 cm; -dimensões mínimas do degrau superior: 18,5 cm X 29,5 cm;- deverá possuir sapatas de borracha; -existência de dispositivo de segurança tipo trava para posição do braço articulado quando aberto para evitar fechamento; -capacidade para, no mínimo, 120 Kg; -o produto deverá possuir certificação compulsória de segurança do INMETRO: Portaria nº 219/2021	15 unid.			

ITEM 11

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Etiqueta branca, opaca, autoadesiva, adesivo acrílico, própria para impressão a laser, de medida 50,80 mm de largura x 101,60 mm de comprimento, dispostas em folhas soltas, formato Carta, de 2 (duas) colunas com 05 (cinco) etiquetas	15 caixas com 100 folhas.			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

cada, perfazendo um total de 10 (dez) etiquetas por folha. Margens superior e inferior da folha de 12,50 mm cada, margens laterais de 4 mm e distância entre as colunas de 4 mm. Acondicionada em caixas com 100 folhas. As etiquetas deverão ser fabricadas, preferencialmente, papel reciclado ou branco, livres de cloro (PCF, TCF ou ECF). Os produtos oriundos da madeira, como papel e lápis, devem ser fabricados com matéria-prima oriunda de fontes de manejo sustentável. A comprovação da conformidade deverá ser feita por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. As certificações têm como objetivo garantir que o produto seja originado de florestas onde se pratica o manejo florestal sustentável, em que os recursos são explorados de forma ambientalmente correta, socialmente justa, economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. Segundo o Acórdão TCU nº 1.375/2015 – Plenário, os critérios e práticas de sustentabilidade deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, de modo a preservar o caráter competitivo do certame.				
---	--	--	--	--

ITEM 12				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Filtro para Purificador de Água da Marca Soft Everest – Elemento filtrante 2 em 1 para purificador de água compatível com equipamento Soft Everest, com as seguintes características:- Composição interna de carvão ativado impregnado com prata coloidal;-Cartucho produzido em polipropileno atóxico pelo sistema "Melt Blown";-Redução de cloro livre, Classe C-I, 75%;-Capacidade de	300 unid.			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

retenção de partículas: Classe P-III, 5 a <15 ou de classe inferior;- Possuir Certificado de Aprovação válido emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados - Selo de Qualidade Abrafipa.				
--	--	--	--	--

ITEM 13				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 12 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021. Pacotes com 6 rolos cada um, perfazendo rolos.	200 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 1.200 rolos			

ITEM 14				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 19 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			

ITEM 15				
---------	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 50 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			

ITEM 16				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita crepe, adesiva tamanho mínimo de 19 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	50 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 300 rolos			

ITEM 17				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Fita Crepe, medindo 50 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			
---	---	--	--	--

ITEM 18				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Kit de 2 filtros (refil), compatível para Bebedouro de Pressão IBBL PDF3002T: Refil IBBL Pré C+3 e Refil IBBL C+5 Eficiência na retenção de partículas Classe (P) III: ≥ 5 a < 15 (Tam. partícula μm); Eficiência na retenção de cloro livre Classe (C) I: $\geq 75\%$; Vida útil do filtro = 6.000 litros (6 meses).	26 kits			

ITEM 19				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 50 a 60 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel - Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro - Cor Vermelha - Destinado à Coleta de	10 conjuntos com 5 lixeiras			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Plástico - Cor Amarela – Destinado à Coleta de Metal.				
---	--	--	--	--

ITEM 20				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 100 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel – Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro – Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela – Destinado à Coleta de Metal.	10 conjuntos com 5 lixeiras			

*** É OBRIGATÓRIO INFORMAR A MARCA E, SE FOR O CASO, O MODELO COTADO.**

PROPOSTA VÁLIDA POR 120 (cento e vinte) DIAS.

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

CADASTRO DE RESERVA

A empresa abaixo relacionada está incluída no Cadastro de Reserva, comprometendo-se a praticar, sob as penas da lei, os preços registrados na presente ata, no caso de exclusão da primeira colocada, ocasião em que será verificada se a empresa cadastrada mantém as condições de habilitação previstas em edital e se o produto ofertado cumpre os requisitos indicados no Termo de Referência (Anexo I), inclusive com aplicação de teste, se previsto no documento convocatório.

A inclusão no Cadastro de Reserva deve-se a manifestação da empresa, obedecida a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

ITEM ____				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
____	_____	____		
VALOR TOTAL – ITEM ____				

DADOS DA EMPRESA

NOME DA EMPRESA:

NOME E E-MAIL PESSOAL DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS:

ENDEREÇO:

CIDADE:

ESTADO:

CEP:

TELEFONE:

CELULAR:

E-MAIL:

CNPJ:

BANCO:

Agência nº:

Dígito:

Conta Corrente nº:
CORRENTE N.º:

Dígito:

Local e data:

Nome do representante legal da empresa
Carimbo da empresa licitante

Assinatura do representante legal da empresa



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ANEXO III AO EDITAL
MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / 20__

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, com sede na Rua Barão de Jaguará, 901, Centro, na cidade de Campinas/SP, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 03.773.524/0001-03, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. Secretária da Administração, _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria DG nº 01/2018, artigo 3º, publicada no DOE – Poder Judiciário – de 26/12/2018, portador(a) da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, PROAD nº 1006/2022, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a Contratação de fornecimento eventual de materiais de consumo para o TRT da 15ª Região, conforme as especificações e condições constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

ITEM 1				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Apagador para quadro branco, corpo em plástico de alta resistência, cor azul, com base de feltro medindo 150 mm de comprimento, 60 mm de largura. (variação aceitável nas medidas de até 10%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	20 unid.			
---	----------	--	--	--

ITEM 2				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Apoio para pés, em chapa de aço, para o trabalho na posição sentada, que mantenha os quadris e os joelhos do usuário em posição confortável (aproximadamente 90º), de forma a facilitar a circulação de membros inferiores, com largura (comprimento) entre 40 cm e 50 cm e profundidade entre 30 cm e 40 cm, com regulagem de altura (ajustável pelo próprio usuário) que permita o ajuste em, no mínimo, 3 posições diferentes. O ponto inferior de encaixe deve ter altura máxima de 6 cm e o ponto superior de encaixe deve ter altura mínima de 15 cm. Ou seja, a extensão de ajuste de posições deverá abranger as alturas de 6 cm a 15 cm. A superfície de contato com os pés do usuário deverá possuir inclinação entre 10º e 15º, com possibilidade de fixação da inclinação se esta for variável, superfície antiderrapante de contato com o chão e com os pés do usuário. (variação aceitável nas medidas de até 10%). Deverá estar embalado individualmente em caixa de papelão, que deverá ser reciclada ou reciclável.	150 unid.			

ITEM 3



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira Brasileira com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93 m e confeccionada de acordo com a Lei nº 5.700/71.	15 unid.			

ITEM 4				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira do Município de Campinas com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 2.523/61.	10 unid.			

ITEM 5				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Bandeira Paulista Externa com as seguintes características: uso externo, dupla face, 100% poliamida, mediadas 1,35m x 1,93m e confeccionada de acordo com a Lei nº 145/48.	15 unid.			

ITEM 6				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Borracha vinil p/ lápis grafite, com cinta plástica, para lápis grafite, medindo 42 x 21 x 11mm (variação aceitável das medidas de até 5%). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 unid.			

ITEM 7				
--------	--	--	--	--



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Caneta esferográfica cor azul, corpo único em plástico transparente, não cilíndrico, ponta com esfera de tungstênio escrita média de 1mm, carga e tampa conectadas ao corpo por encaixe, acondicionadas em caixas com 50 unidades. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	500 caixas			

ITEM 8				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Cola branca, líquida, lavável, secagem rápida, não tóxica, com CRQ do químico responsável, em frasco de 35g a 40g. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar	200 unid			

ITEM 9				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Coletor de Copo Descartável pvc para Água 200ml - Tubo em pvc, 66. a 80 cm de altura, tubo de água 8,5 a 9,00 cm, capacidade de 140 a 180 copos de 200ml. Cor: branca. Base plástica resistente.	20 unid.			

ITEM 10				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Escada, em alumínio, com as seguintes características: -abertura em "A";-com 05 degraus apenas de um lado; -dotada de braço articulado para limitação de abertura e fechamento; -proteção emborrachada antiderrapante nos pés; -altura aproximada na posição fechada: 1,55 m (da alça superior de apoio até o chão) com tolerância para + ou - 10 cm; -dimensões mínimas admissíveis dos quatro degraus inferiores: 8 cm X 29 cm; -dimensões mínimas do degrau superior: 18,5 cm X 29,5 cm;- deverá possuir sapatas de borracha; -existência de dispositivo de segurança tipo trava para posição do braço articulado quando aberto para evitar fechamento; -capacidade para, no mínimo, 120 Kg; -o produto deverá possuir certificação compulsória de segurança do INMETRO: Portaria nº 219/2021	15 unid.			
--	----------	--	--	--

ITEM 11				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Etiqueta branca, opaca, autoadesiva, adesivo acrílico, própria para impressão a laser, de medida 50,80 mm de largura x 101,60 mm de comprimento, dispostas em folhas soltas, formato Carta, de 2 (duas) colunas com 05 (cinco) etiquetas cada, perfazendo um total de 10 (dez) etiquetas por folha. Margens superior e inferior da folha de 12,50 mm cada, margens laterais de 4 mm e distância entre as colunas de 4 mm. Acondicionada em caixas com 100 folhas. As etiquetas deverão ser fabricadas, preferencialmente, papel reciclado ou branco, livres de cloro (PCF, TCF ou ECF). Os produtos oriundos da madeira, como papel e lápis, devem ser fabricados com matéria-prima oriunda de fontes de manejo sustentável. A comprovação	15 caixas com 100 folhas.			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

da conformidade deverá ser feita por meio de Certificado de Cadeia de Custódia, nos termos da ABNT NBR 14790:2014, Certificado Cerflor, FSC ou similares, desde que reconhecidos nacionalmente. As certificações têm como objetivo garantir que o produto seja originado de florestas onde se pratica o manejo florestal sustentável, em que os recursos são explorados de forma ambientalmente correta, socialmente justa, economicamente viável, e no cumprimento de todas as leis vigentes. Segundo o Acórdão TCU nº 1.375/2015 – Plenário, os critérios e práticas de sustentabilidade deverão ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, de modo a preservar o caráter competitivo do certame.				
---	--	--	--	--

ITEM 12				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Filtro para Purificador de Água da Marca Soft Everest – Elemento filtrante 2 em 1 para purificador de água compatível com equipamento Soft Everest, com as seguintes características:- Composição interna de carvão ativado impregnado com prata coloidal;-Cartucho produzido em polipropileno atóxico pelo sistema "Melt Blown";-Redução de cloro livre, Classe C-I, 75%;-Capacidade de retenção de partículas: Classe P-III, 5 a <15 ou de classe inferior;-Possuir Certificado de Aprovação válido emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, sobre a eficiência de redução de cloro livre e eficiência de retenção de partículas, dentro dos parâmetros informados - Selo de Qualidade Abrafipa.	300 unid.			

ITEM 13



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD N° 1006/2022-1

Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 12 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021. Pacotes com 6 rolos cada um, perfazendo rolos.	200 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 1.200 rolos			

ITEM 14				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 19 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			

ITEM 15				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita adesiva transparente, medindo 50 mm de largura x 50m de comprimento com furo de 75mm de diâmetro (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e não será aceita medida inferior para o comprimento). Código TRT: 1.FAD.1. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável,	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar, conforme Resolução CSJT 310/2021.				
---	--	--	--	--

ITEM 16				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita crepe, adesiva tamanho mínimo de 19 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	50 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 300 rolos			

ITEM 17				
Descrição	Quant.	Marca/Modelo	Vi. Unit. (R\$)	Vi. Total (R\$)
Fita Crepe, medindo 50 mm de largura. Rolo com 50 metros (variação aceitável nas medidas de até 5% na largura e 0,5% no comprimento), composta de papel crepado e adesivo hipoalergênico, cor branca. A fita deverá permitir a escrita em caneta esferográfica sem manchar, como também deverá permitir sua remoção sem rasgar com facilidade ou deixar resquícios no local onde se encontrava fixada. O produto deverá ser acondicionado em embalagem reciclada ou reciclável, preferencialmente de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar.	100 pacotes 6 rolos cada um, perfazendo 600 rolos			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

ITEM 18				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Kit de 2 filtros (refil), compatível para Bebedouro de Pressão IBBL PDF3002T: Refil IBBL Pré C+3 e Refil IBBL C+5 Eficiência na retenção de partículas Classe (P) III: ≥ 5 a < 15 (Tam. partícula μm); Eficiência na retenção de cloro livre Classe (C) I: $\geq 75\%$; Vida útil do filtro = 6.000 litros (6 meses).	26 kits			

ITEM 19				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 50 a 60 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel - Cor Cinza - Destinado à Coleta de Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro - Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela - Destinado à Coleta de Metal.	10 conjuntos com 5 lixeiras			

ITEM 20				
Descrição	Quant.	Marca/ Modelo	VI. Unit. (R\$)	VI. Total (R\$)
Conjunto com 5 Lixeiras para coleta seletiva, capacidade individual de 100 litros, com suporte, material polietileno, com tampa basculante (vai e vem), adesivada com os símbolos de reciclagem de acordo com as cores e os nomes dos resíduos a que se destinam. Cor Azul - Destinado à Coleta de Papel - Cor Cinza - Destinado à Coleta de	10 conjuntos com 5 lixeiras			



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

Material Orgânico - Cor Verde - Destinado à Coleta de Vidro - Cor Vermelha - Destinado à Coleta de Plástico - Cor Amarela - Destinado à Coleta de Metal.				
--	--	--	--	--

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será este Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir do(a)....., não podendo ser prorrogada.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. A Administração poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

6.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

6.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento dos materiais, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

6.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

6.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

6.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

6.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

6.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

6.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

6.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

6.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

6.9.1. por razão de interesse público; ou

6.9.2. a pedido do fornecedor.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Coordenadoria de Licitações
PROAD Nº 1006/2022-1

participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I ao Edital.

8.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7.892/13.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Campinas, ____ de _____ de 20__.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
(Representante Tribunal)

Nome Empresa
FORNECEDOR

Responsável Legal da Empresa: _____
CPF: _____